

FRONTEIRA E TERRITÓRIO: CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS PARA A COMPREENSÃO DA DINÂMICA DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

*FRONTIER AND TERRITORY: CONCEPTUAL CONSIDERATION TO UNDERSTAND THE
DYNAMICS OF GEOGRAPHIC SPACE*

Dra. Aline Lima Rodrigues¹

RESUMO:

Os conceitos norteadores da Ciência Geográfica passaram por revisões teórico-metodológicas significativas ao longo da história do pensamento geográfico. No entanto, a abordagem dessas mudanças é ainda recente e necessita, em alguns casos, de aprofundamento teórico para uma análise mais adequada. Desta forma, o presente texto procurou discutir o significado de fronteira e território, diante das transformações do espaço geográfico, procurando compreender sua dinâmica. Metodologicamente, a análise dos conceitos estudados ocorreu a partir do aprofundamento das bases teóricas sobre os conceitos-chaves da Ciência Geográfica. Neste contexto, observou-se que esses conceitos mudaram sua abordagem, fronteira não é mais considerada somente um limite físico ou político, desprovido de sujeitos e relações, da mesma forma que o território, não é mais compreendido somente como uma demarcação espacial, dotado de características físicas e sociais. As práticas sociais, as relações, as ações políticas (Estado) e as redes passam a ser fundamentais na interpretação contemporânea de fronteira e território.

Palavras-chave: Território – Fronteira – Espaço geográfico

ABSTRACT:

The guiding concepts of the Geographic Science went through significant theoretical and methodological reviews along the history of the Geographic thoughts. However, the approach of these changes is still recently and it needs, in some cases, a deepening of the theory to get a more appropriate analyze. Thus, this text tends to discuss the meaning of the frontier and the territory in front of geographic space transformation seeking to understand its dynamic. Methodologically, the analyses of the concepts studied occurred from the deepening of the theoretical bases about the keys concepts of the Geographic Science. In this context, It was observed that these concepts changed its approach, Frontier is no longer considered only a physic or politic limit devoid of subjects and relations as well as the territory, it is no longer comprehended as a demarcation of a space, full of physic and social characteristic. The social practices, the relations, the politic actions (state) and the networks became fundamental in the contemporary interpretation of Frontier and Territory.

Key words: Territory, Frontier, Geographic Space

¹ Professora Adjunta da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus Pantanal. aline.rodrigues@ufms.br

INTRODUÇÃO

Os conceitos norteadores da Ciência Geográfica passaram por revisões teórico-metodológicas significativas ao longo da história do pensamento geográfico. No entanto, a abordagem dessas mudanças é ainda recente e necessita, em alguns casos, de aprofundamento teórico para uma compreensão mais adequada. Desta forma, nosso objetivo principal é analisar as abordagens dos conceitos de fronteira e território, diante das transformações da organização do espaço geográfico.

Neste artigo nos deteremos no exame dos conceitos de *fronteira* e *território*, entendendo as relações de poder e soberania que definem os territórios e, as fronteiras nacionais como algo além de um simples limite político-administrativo.

Não se pode deixar de observar que esses conceitos mudaram. A fronteira não é mais considerada somente um limite físico ou político, desprovido de sujeitos e relações, da mesma forma que o território não é mais compreendido somente como uma demarcação espacial, dotado de características físicas e sociais. As práticas sociais, as relações, as ações políticas (Estado) e as redes passam a ser fundamentais na interpretação contemporânea de fronteira e território.

A fronteira é um conceito que, na maioria das vezes, é confundido com a noção de limite. Considera-se, nesses casos, que a fronteira é uma linha imaginária, ou um marco histórico ou geográfico que separa duas ou mais nações. Para Hissa (2002), o limite estimula a ideia sobre a distância e a separação, enquanto a fronteira movimenta a reflexão sobre o contato e a integração.

Ainda segundo Hissa (2002), a reflexão sobre limites e fronteiras é, também, uma discussão sobre o poder, na medida em que fronteiras e limites servem para estabelecer domínios e demarcar territórios.

O limite é também uma noção significativa para a compreensão de território, principalmente aquela noção que aproxima o conceito de território à área de ação dos Estados Nacionais, espaço de exercício das políticas governamentais, da apropriação e das estratégias de proteção das fronteiras.

No entanto, a noção de limite torna-se mais abstrata quando se entende o conceito de território com maior complexidade, como campo de ação das relações sociais. Sack (1986, p.19) destaca a relação de limite e território: “os limites dos territórios não são imutáveis, mudam de acordo com as estratégias e recursos de controle e delimitação do espaço”.

Em termos metodológicos, realizou-se a estruturação e a operacionalização dos conceitos centrais, etapa fundamental para a construção deste artigo, uma vez que se busca refletir acerca da relação fronteira e território na compreensão da dinâmica do espaço geográfico. Para tanto, partiu-se de um levantamento bibliográfico, procurando estabelecer o referencial teórico-metodológico da pesquisa, através de obras especializadas sobre a temática central.

A discussão sobre fronteira e território está baseada nos debates sobre esses conceitos, entendendo-os como complexos na dinâmica atual da sociedade contemporânea.

FRONTEIRA

As mudanças sociais, econômicas e políticas redesenham o mapa do mundo, ora com expansão e anexação territorial, ora retraindo seus limites, mas não suas relações. Nesse movimento de delimitação de territórios e seus domínios é que a concepção de fronteira ganha significado.

Cataia (2007, p. 08) destaca: “o século XX foi pródigo na criação de novos compartimentos: no início do século o mundo possuía aproximadamente cinquenta territórios nacionais, hoje esse número passa de duzentos. Assim, o surgimento de díades ou fronteiras também é função do tempo”.

É a partir da edificação dos Estados Nacionais que o conceito de fronteira, como prática espacial, torna-se imprescindível, para garantir estabilidade, segurança e soberania ao Estado (STEIMAN E MACHADO, 2002).

Com o surgimento dos Estados Modernos, ou seja, da definição do Estado-Nação, a preocupação com a delimitação dos espaços de domínio e de exercício da soberania se consagra, reforçando a relação território e poder.

Para Raffestin (1993), o Estado existe quando uma população ocupa determinado território e exerce soberania e poder sobre ele. O autor ainda destaca que, para caracterizar um Estado, é indispensável à análise da população, do território e da autoridade.

No debate da definição das fronteiras nacionais para exercício do poder dos Estados e da soberania, destaca-se também o conceito de território, pois o poder é exercido por sujeitos num certo espaço, definido por fronteiras historicamente construídas.

A definição de fronteira, na Constituição Federal do Brasil (1988), corresponde a uma “faixa de fronteira”, ou seja, espaço de controle e uso restrito: “[...] de até cento e cinquenta quilômetros de largura ao longo das fronteiras terrestres [...] considerada fundamental para a defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas por lei” (Artigo 20, parágrafo 2º).

Na Constituição Federal, a fronteira é a delimitação do Estado Nacional, ou seja, espaço de atuação e jurisprudência do Brasil, compreendendo o território como área de apropriação e dominação, definido por fronteiras historicamente estabelecidas. Nessa concepção, território e fronteira não ocorrem separadamente.

No decorrer do século XX, as fronteiras eram vistas sob a ótica da segurança nacional, no Brasil, especialmente durante o governo militar. Para o governo daquela época, a política de fronteira deveria ser pautada na vigilância e proteção, para garantir o crescimento demográfico e econômico do País.

O conceito de fronteira não se distancia da concepção defensiva, porém, com as transformações do espaço geográfico mundial, com o ingresso do sistema capitalista em

sua fase de globalização, a fronteira passa a ter uma importância mais econômica vinculada aos processos de maior integração regional (CASTROGIOVANNI, 2010).

As fronteiras tradicionais estão sendo rompidas na geopolítica atual, como, por exemplo, a partir da Organização Mundial do Comércio (OMC), que tenta mundializar ‘os espaços econômicos nacionais’, bem como com base no Fundo Monetário Internacional (FMI) e no Banco Mundial, além – em outra escala – das alianças, dos acordos e da construção dos chamados blocos econômicos (NEVES, 2000).

Esse mesmo autor, porém, ressalta que as fronteiras tradicionais devem persistir em virtude das diferenças potenciais. Seguindo essa perspectiva, Ianni (2007) afirma que, ao se globalizar, o mundo se regionaliza pelas suas particularidades naturais e culturais, além de responder de forma diferenciada a esse processo.

As contradições e ambiguidades do capitalismo globalizado, financeirizado, neoliberal, científico e informacional trazem à reflexão situações espaciais distintas em um momento espaço-temporal nunca antes visto (CASTROGIOVANNI, 2010).

Castrogiovanni (2010, p.12) faz indagações pertinentes sobre a questão da fronteira no século XXI: “elas estão caindo ou se reerguendo? Estão permanecendo ou estão se transformando? Estão na mesma escala ou em processo de estabelecimento em outra escala? Elas geram articulações transfronteiriças ou estão se defendendo?”

Assim, a discussão sobre fronteiras torna-se cada vez mais intrincada, justamente pela complexidade das relações sociais, econômicas e políticas, que constituem a geopolítica das alianças e dos blocos econômicos, pautada na instantaneidade das informações e das comunicações em geral.

Ao conceito de fronteira se associam às demais categorias de análise do espaço, pois a fronteira acontece no espaço geográfico, ou seja, “separa” dois espaços geográficos com distintas características naturais e humanas. Entendida como a área de delimitação do exercício de soberania e poder de um grupo social, junta-se ao conceito de território. Viver em espaços de fronteira confere relações distintas, peculiares, podendo representar importantes elos com o espaço, distinguindo, então, o lugar na fronteira.

É importante destacar também, que a fronteira só é realmente entendida quando analisada pela ótica local, pelas comunidades que ali vivem e se reproduzem social, econômica e politicamente. Os *fronteirizos* olham a fronteira como a sua morada, onde acontece o seu cotidiano, seu ritmo, suas relações de afetividade, emergindo de tal forma o seu lugar.

Diante da complexidade do conceito, mas entendendo-o como fundamental na compreensão das relações sociais, culturais, econômicas e políticas, importantes autores se debruçam no estudo da fronteira, nos seus significados e desdobramentos.

Moraes (1990), ao resgatar importantes obras de Ratzel, destaca suas considerações sobre o Estado, pois para Ratzel nenhum povo é destituído de uma organização política. Do desdobramento das discussões sobre Estado, encontra-se uma abordagem sobre fronteira, quando considera as fronteiras, no caso, as naturais como linhas não precisas, indeterminadas.

No que se refere às colocações de Raffestin (1993), o autor desenvolve o conceito de ‘*core areas*’, que seria a “célula” a partir da qual o Estado ter-se-ia se

desenvolvido. As cidades capitais e as fronteiras foram classificadas como ‘core areas’. Claude Raffestin conclui: “as fronteiras, que deram lugar a múltiplas classificações, exprimem conformações, produtos de relações que só aparecem na problemática morfofuncional com resultados que mascaram as relações de poder que as fizeram nascer” (1993, p. 26).

No Brasil, a discussão sobre fronteiras vem crescendo ao longo dos anos, principalmente nos estudos pontuais da vasta fronteira brasileira com os demais países sul-americanos. Destacam-se, AntonioCastrogiovanni, Lia Osório Machado, Márcio Cataia, Bertha Becker, Pierre Monbeig, entre outros.

Castrogiovanni (2010) desenvolve trabalhos sobre as fronteiras do Rio Grande do Sul com os países platinos. Para o autor, estudar a fronteira na escala platina é fornecer importantes informações para a compreensão do gaúcho na sua complexidade.

O autor também destaca a importância do estudo das fronteiras na Geografia, entendendo-a como uma área dotada de especificidades. Conforme Castrogiovanni (2010, p. 12): “espaço geográfico é um acúmulo desigual de tempos e a fronteira sem dúvida não está alheia a esta lógica”. Esse autor estabelece a diferenciação entre limite e fronteira, além disso, faz menção aos vários tipos de fronteiras, definindo a fronteira política. As fronteiras políticas estão associadas a uma jurisdição territorial, idealizada para o exercício do poder político-administrativo.

Machado (2000) juntamente com o Grupo de Pesquisa Retis (UFRJ), do qual é coordenadora, realiza importantes estudos estratégicos das fronteiras brasileiras, entendendo que, nessas áreas, há necessidade de um desenvolvimento específico e da elaboração de políticas públicas, orientadas para a realidade de cada fronteira e suas relações com o centro do país. Seus principais trabalhos estão ligados ao narcotráfico e às relações de ilegalidade que se configuram nas áreas de fronteira do Brasil com países da América Latina.

Para Machado (2002) as noções de limite e fronteira emergem com a constituição dos Estados Nacionais e suas definições são marcadas pelas mudanças ao longo do tempo. Na sua discussão a autora destaca o limite internacional, considerando-o como regulador das relações interestatais. Em relação à fronteira, considera uma zona percorrida pelo limite internacional, portanto, espaço relacional de territorialização de grupos humanos e das redes de circulação.

Cataia (2007) ressalta a relevância das fronteiras no período geopolítico atual. Segundo o autor (2007, p.01): “a unificação técnica do mundo não implica em sua união política. Quanto maior é a unificação técnica do mundo, maior é a sua compartimentação com a relevância das fronteiras internacionais”. Além disso, Cataia conceitua fronteira e limite, estabelecendo o papel da fronteira como meio de informação.

Hissa (2002) também traz em sua obra uma abordagem detalhada sobre fronteira e limite, estabelecendo suas diferenças. Dentre suas inúmeras colocações, pode-se destacar a fronteira vista como “front”, estar à frente, como se ousasse representar o começo de tudo onde deveria representar o fim; o limite parece significar o fim do que estabelece a coesão do território.

Monbeig (1984), na obra *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*, o autor aborda a frente agrícola cafeeira paulista, denominando esse movimento de expansão da produção de café no Oeste paulista, de franja de expansão cafeeira. Nas palavras do autor: “as franjas de ocupação não seria uma paisagem fixa, mas sim um processo histórico-espacial”. (MONBEIG, 1984, p. 52)

Assim, o autor já entendia a fronteira como móvel, que pode se expandir lenta ou rapidamente conforme os sujeitos e os ritmos a ela imputados. Esses ritmos que impulsionam o movimento das fronteiras foram classificados por Monbeig (1984) como frente pioneira, motivada pela aventura do desbravamento do território, na busca por riquezas e terras para expansão e domínio.

Esse tipo de expansão acontece em menor intensidade, devido ao reconhecimento territorial dos países já ter sido realizado. Restam ainda movimentos populacionais motivados principalmente por fatores econômicos, que foram denominados por Monbeig como: “frentes de expansão, que movem-se lentamente pela subsistência de comunidades tradicionais e frentes pioneiras, motivadas pelo empreendedorismo e vinculação ao sistema econômico de mercado”. (MONBEIG, 1984, p. 56).

Martins (2009) apresenta uma discussão sobre fronteira pautada na visão sociológica, dentro de uma abordagem dos movimentos de expansão da fronteira brasileira. Na obra “*Fronteira, a degradação do outro nos confins do humano*”, a preocupação central na definição de fronteira, é a dimensão social: “a figura social da fronteira e de sua importância histórica não é o chamado pioneiro. A figura central e metodologicamente explicativa é a vítima”. (MARTINS, 2009).

Para o autor a fronteira não se reduz a uma questão unicamente geográfica, quando a entende como: “fronteiras de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização(...), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, sobretudo, fronteira do humano.” (MARTINS, 2009, p. 11)

Seguindo essa visão sociológica e antropológica, Martins ainda ressalta que fronteira é: “lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da história”. (MARTINS, 2009, p. 133)

O autor não associa fronteira a questão de limites territoriais, a entende como um espaço de conflito, da combinação de tempos históricos em processos sociais que recriam formas duras de dominação e de reprodução do capital, muitas vezes pautada na violência e na subordinação do trabalhador.

No artigo “O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira”, Martins (1996) apresenta uma profunda discussão sobre frente de expansão (grupos que saem em busca de terras para sobrevivência) e frente pioneira (presença do capital na produção e na exploração capitalista das terras). Na sua análise utiliza a história do deslocamento da fronteira na Amazônia, que foi baseada no conflito entre os indígenas de um lado e os civilizados do outro, e dos grandes proprietários de terra e os camponeses pobres.

Portanto, para Martins (1996, p. 25) a fronteira é: simultaneamente, lugar da alteridade e expressão da contemporaneidade dos tempos históricos. A unidade do diverso, pressuposto metodológico da dialética, encontra aí o lugar mais adequado e mais rico para a investigação científica.”

Além desses autores sobre fronteira, também se destacam Wanderley Messias da Costa, na obra *Geografia Política e Geopolítica* (1992), Michel Foucher na obra *Front set frontières. Um tour du monde géopolitique* (1991), A. Moodie, na obra *Geografia e Política* (traduzido) (1965) e Iná Elias de Castro, na obra *Geografia e Política* (2011), abordando as noções de território e fronteira associadas à Geografia Política.

Wanderley Messias da Costa, na sua obra *Geografia política e Geopolítica* (1992), faz uma discussão sobre o tema fronteira, na Geografia política, destacando que a compreensão das fronteiras é vital para os estudos desse ramo da Geografia, na medida em que incorporam-se nas relações entre Estado e território.

O autor relaciona os velhos e os novos significados de fronteira, ao resgatar os conceitos clássicos desse tema, que estão associados às questões de fronteira e limite:

Vimos que alguns conceitos clássicos, como o de “fronteira natural” ou “fronteira movente”, por exemplo, foram rechaçados já no início do século XX – com Vallaux e Ancel – e posteriormente pelos norte-americanos. Por outro lado, a idéia de fronteira (zona) e fronteira (limite), de Fawcett, acabou por consagrar-se e é aceita até hoje, bem como o seu significado de “isóbara política” (de Ancel) que, apesar de sofrer restrições de alguns autores, tem ainda inegável prestígio, até mesmo pela sua originalidade. (COSTA, 1992, p. 291)

Diante dos movimentos de integração econômica entre os países, abrem-se novas perspectivas para a compreensão do significado atual das fronteiras. Desta forma, antigos conceitos de fronteira são redefinidos e recebem uma roupagem menos rígida e mais integradora, propondo o entendimento de “zonas de integração e de articulação”. (COSTA, 1992).

Costa (1992) destaca na discussão sobre fronteira, a dimensão temporal e não exclusivamente a espacial, entendendo a fronteira como zona que separa realidades espaciais distintas, em tempos desiguais. Desta forma, enfatiza que:

Tomando de Braudel o conceito de “tempo social”, interpretam as fronteiras como “disjuntoras” de tempos desiguais, como evoluções econômicas não-paralelas, mutações não comparáveis na organização do espaço, ritmos desiguais, etc. Nesse sentido, a fronteira não seria apenas um disjuntor espacial, mas também um disjuntor temporal. Para ele, essa “desigualdade de tempos” é fundamental quando se considera a hipótese da plena unificação européia. (COSTA, 1992, p. 293; grifos do original)

Costa (1992) ainda destaca que é preciso observar, em cada fronteira, a sua ‘permeabilidade’, de bens, pessoas e mercadorias compreendendo que a integração e a articulação entre as fronteiras não significam a existência de zonas homogêneas, pois

cada lado de uma fronteira é singular e abrange dinâmicas socioespaciais e tempos distintos.

Foucher na obra *Fronts et frontières* (1991), procura analisar os fenômenos fronteiriços contemporâneos e os velhos e novos significados de fronteira em cada continente. Além disso, destaca a instabilidade das fronteiras do ‘Terceiro Mundo’, o problema da delimitação das fronteiras marítimas, as fronteiras internas e a “supressão” das fronteiras na Europa Ocidental. Destaca, portanto, a diversidade geopolítica das fronteiras, resultante da diversidade temporal.

As fronteiras serão examinadas em diversas escalas, pois elas são os contornos de conjuntos de natureza e tipo os mais diversos: construções geopolíticas datadas, multiescalares, multifuncionais – limites políticos, fiscais, muitas vezes lingüísticos, militares... Elas serão abordadas também, distinguindo-se as questões externas – relações internacionais de proximidade entre estados, relações entre etnias... – ou geopolítica externa, e as questões internas – efeitos internos dos traçados, processos de construção nacional ou regional. (FOUCHER, 1991, p. 16)

Foucher (1991) dedica uma parte de sua discussão ao entendimento das tensões geopolíticas do ‘Terceiro Mundo’, especialmente na África e na Ásia. Para o autor, essas tensões resultam, em grande parte, das contradições na definição das fronteiras artificiais, impostas pelos regimes imperialistas, cujos limites não correspondem a outros (limites), culturais, étnicos, religiosos etc. Desta forma, formaram-se lugares com tempos sociais distintos e marcados pelas contradições, que geram conflitos internos e externos e dificultam o desenvolvimento econômico dos países, após os processos de independência. Além disso, questiona se o Estado, enquanto instituição, seria a instância adequada para garantir a unidade nacional nessas nações.

Na Europa, Foucher analisa a questão das fronteiras sob a ótica da integração nacional, surgida no Pós Segunda Guerra Mundial, com a organização dos países europeus num mercado comum, que mais tarde se tornaria, a União Européia. Nesse sentido, a noção de fronteira rígida e não articulada é rejeitada e outras questões surgem, conforme Costa (1992, p. 297) ressalta sobre a obra de Foucher: “Suas maiores preocupações com o futuro europeu: Quais serão as novas fronteiras estratégicas para cada país, no conjunto (e do próprio conjunto) e, especificamente, qual será o papel da Alemanha (Ocidental) que não “desistiu” de seu projeto de unificação com a Oriental?”

Moodie na sua obra *Geografia e Política* (1965) destina um capítulo para discutir fronteira e limites, considerados por ele, conceitos importantes para a Geografia Política, pois estão diretamente relacionados com as noções de Estado, território e sociedade.

Em relação ao conceito de fronteira, o autor considera serem zonas ou faixas de território que estão sujeitos á mudança contínua de forma e função. Entretanto, ressalta que atualmente essas zonas são muito mais áreas de integração do que litígio, devido à consolidação da expansão territorial, embora: “(...) continuam como zonas marginais e, em alguns casos, constituem ainda regiões de discórdia entre países vizinhos, e sob esse aspecto tornam-se elementos demolidores das relações interestatais que o geógrafo político não pode ignorar” (MOODIE, 1965, p. 83; grifos do original).

A definição de limite ganha destaque com a consolidação dos Estados modernos, que necessitam de espaços bem delimitados para o exercício de sua soberania e o estabelecimento da extensão do território, pois de acordo com Moodie (1965, p. 93): “Logo que os Estados tomaram a forma presente e logo que aumentou o comércio mundial, fez-se cada vez mais necessário ajustar suas relações, e isso implicou a definição exata dos seus territórios.”

Geralmente os limites são definidos pelas características físicas do território, como a presença de um rio ou uma cadeia de montanhas. Podem ser chamados de limites naturais, por serem elementos da natureza, no entanto, são artificiais, porque foram impostos como limites geográficos.

Para Moodie (1965, p. 99): “linhas costeiras, rios, cristas de montanhas, principalmente nos locais onde exerciam função divisória, eram de caráter relativamente permanente e já em existência, de modo a não constituir surpresa, que logo fosse apropriados como limites “naturais.”

Desta forma, a definição de limites baseia-se comumente nas características físicas. No entanto, torna-se uma problemática importante na gestão do território, pois essas linhas impostas não são capazes de neutralizarem radicalmente as características culturais, étnicas, sociais e até mesmo políticas e poderão gerar importantes conflitos.

Moodie (1965, p. 100) ressalta sobre essa questão que:

Qualquer que seja à base da diferenciação entre as sociedades humanas, a origem étnica, a religião, a língua, as atividades econômicas, os sistemas políticos ou a combinação de dois ou mais desses elementos, esses agentes ligadores não terminam abruptamente num rio, cadeia de montanha, lago ou pântano; menos ainda perdem a função em qualquer linha que possa ser traçada com relação às características físicas e, devemos lembrar que a qualidade essencial do limite é o seu caráter linear.

A função dos limites é basicamente caracterizar as dimensões do território de cada Estado, compreendendo uma função de separação. Enquanto que a fronteira designa uma zona de integração e articulação, sobretudo em decorrência da globalização e da aliança em blocos econômicos.

Sobre a diferença conceitual entre fronteira e limite pode-se destacar que:

Esta diferenciação no significado da palavra “fronteira” e “limite” ajuda a esclarecer muita das dificuldades ligadas à relação que surge da justaposição dos Estados. Sempre existiram as fronteiras e somente quando tentam definir as regiões é que os geógrafos entram no pleno conhecimento dos problemas decorrentes de sua existência. Sempre possuíram extensão espacial, sempre ocuparam partes da superfície do globo, mas em virtude de sua natureza transitória vem exigindo definição correta. (MOODIE, 1965, p. 85).

Desta forma, a Geografia precisa contribuir com a discussão e (re)leitura do conceito de fronteira, pois o mesmo é constituído espaço geográfico, entendido como

unidade espacial pautada nas relações sociais, políticas e econômicas. Portanto, não representa o fim ou uma unidade espacial estática e sim em movimento constante, que exige uma abordagem relacional entre os sujeitos e os territórios envolvidos num espaço de fronteira.

TERRITÓRIO

Assim como o conceito de fronteira acompanhou as transformações da sociedade, o conceito de território teve momentos de maior e menor destaque na Ciência Geográfica, passando por mudanças significativas no seu sentido epistemológico, evoluindo da noção naturalista de Ratzel para uma noção de relações de poder (social e do Estado) sobre uma determinada porção do espaço geográfico, a partir da concepção de Claude Raffestin.

Ratzel trouxe o debate sobre território para a Geografia, definindo-o como estrato geográfico sobre o qual o Estado exercia seu poder, na forma de ocupação e apropriação dos recursos naturais e sociais e, conseqüentemente, na proteção de suas fronteiras. Segundo Saquet (2007, p. 30): “A sociedade se transforma em Estado para garantir a posse e proteção dos recursos de que necessita, como o solo, a água e os alimentos. Ratzel corresponde, a grosso modo, sociedade e homem com território e solo.”

Não descartando a noção de Ratzel, surge um dos debates mais significativos sobre o território, com Claude Raffestin. Este continua considerando fundamental a atuação do Estado na definição do conceito de território, porém, este não é definido única e exclusivamente pelo poder do Estado.

Existe outro “poder” fundamental, que são as práticas e as relações cotidianas da sociedade exercidas sobre uma determinada porção do espaço geográfico que, para o autor, podem ser traduzidas pelo poder (com a inicial minúscula), sugerindo suprimir expressões como “influência” e “autoridade”. O poder é multidimensional, manifestando-se numa relação de força, troca ou comunicação, entre sujeitos diferentes, gerando campos de poder. Ao Poder (com iniciais maiúsculas), recai a noção de ser resultado da ação do Estado, por meio de suas políticas governamentais, sociais e econômicas e de suas instituições. O Poder é unidimensional e se assenta num ponto central do qual origina-se a soberania dos Estados (RAFFESTIN, 1993).

A difícil definição de poder/Poder resulta da diferença das relações que se estabelecem sob um dado território, podendo resultar de forças instáveis e múltiplas, sendo o poder, ou originar-se de uma centralidade institucional e/ou estatal, sendo o Poder.

Para Castro (2011, p. 95): “as relações de poder supõem assimetrias na posse dos meios e nas estratégias para o seu exercício, e o território é tanto um meio como uma condição de possibilidade de algumas destas estratégias”.

Para a autora, a definição de poder é fundamental para a compreensão dos processos atuantes na organização do espaço. No entanto, o poder se apresenta como

uma noção abrangente e que pode assumir várias significações de acordo com o contexto que é analisado. Com isso, Castro (2011, p. 97) apresenta algumas referências conceituais para o entendimento da noção de poder:

(a) Hobbes (1979:53), “o poder de um homem (universalmente considerado) consiste nos meios de que presentemente dispõe para obter qualquer visível bem futuro”, (b) Para Weber (1982: 43), “Poder significa a probabilidade de impor a própria vontade dentro de uma relação social, mesmo contra a resistência e qualquer que seja o fundamento desta probabilidade (...)”, (c) Bertrand Russel (1979: 24) diz que “o poder pode ser definido como a produção de resultados pretendidos”, (d) Para Lasswell (1979: 112), “O poder é, especificamente, um valor de deferência: ter poder é ser levado em conta nos atos (políticos) dos outros”, (e) Já para Bachrach (1970: 22), “existe poder quando há conflitos de interesses ou valores entre duas ou mais pessoas ou grupos. Tal divergência é condição necessária, porém insuficiente, do poder. Uma relação de poder se diferencia da influência pela possibilidade de uma das partes invocar sanções”.

Concebendo o poder como uma forma de imposição de uma vontade sobre a parte mais “fraca” dentro de uma relação, Castro (2011) seleciona três formas elementares que se encontram na essência do poder. Poder despótico, marcado pelo medo e coerção da parte forte sobre a parte fraca, numa clássica relação de poder. A segunda forma de poder é a autoridade, que consiste na capacidade de se fazer obedecer, por interesse individual ou coletivo. Por último, o poder político, que atua no espaço político, de caráter deliberativo e que visa o bem comum. Portanto, poder é sempre espacial, exercido por sujeitos com suas relações sociais territorializadas.

O conceito de território também acompanhou as mudanças do mundo contemporâneo, principalmente pelo fato das relações econômicas, políticas e sociais terem se transformado consideravelmente com o fim da chamada Guerra Fria.

Para Becker (1983), o território passa a ser compreendido como resultado das relações de poder dos diferentes atores sociais, entendendo que, após a Segunda Guerra Mundial, os Estados passam a sofrer influências de empresas e redes internacionais.

Isto ocorre em decorrência das economias interligadas, da busca por matéria-prima, por mercados para os produtos industrializados, por mão de obra barata, por produtos agropecuários e industriais ausentes na matriz produtiva nacional. As relações econômicas são fundamentais para “alimentar” o sistema capitalista e dinamizar as economias dos países.

No que se refere à definição de território, destacam-se Jean Gottmann na obra *The significance of territory* (1973), G. Deleuze e F. Guattari, na obra *O anti-Édipo. Capitalismo e esquizofrenia* (1976), Robert David Sack, na obra *Human Territoriality: Its theory and history* (1986), Claude Raffestin, na obra *Por uma Geografia do Poder* (1993 [1980]) e Giuseppe Dematteis, na obra *Progetto implícito. Il contributo della geografia umana all'escienza del territorio* (1995). No Brasil, Rogério Haesbaert, na obra *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade* (2004),

Berta Becker, no texto *O uso geopolítico do território: questões a partir de uma visão do Terceiro Mundo*, pertencente à obra *Abordagens políticas da espacialidade* (1983), Marcos Aurélio Saquet, na obra *Abordagens e concepções de território* (2007) e Marcelo J. Lopes de Souza, na obra *O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento* (1995).

Jean Gottman (1973) associa o conceito de território à dominação de uma determinada área, para o exercício da soberania territorial, principalmente na época da formação dos Estados, no chamado Mundo Novo. Desta forma, evidencia a proximidade do território com o Estado.

De acordo com Saquet (2007, p.45): “Um salto qualitativo, referente às concepções renovadas de território, ocorre com as pesquisas e reflexões de Jean Gottmann, a partir de sua formação na escola francesa”.

Jean Gottmann contribuiu significativamente em termos metodológicos na abordagem territorial, ao enfatizar ideias sobre circulação, centralidade urbana e iconografias regionais. Desta forma, não dispensa em suas análises os fatores espirituais e culturais, que juntamente com os elementos econômicos e políticos, constituídos historicamente, oferecem a combinação para uma análise do território.

Portanto, a abordagem central de Gottmann enfatiza a combinação entre componentes materiais e espirituais da vida, como condição para a sua proposta de compreensão do território. No entanto, também argumenta que a noção de organização política é fundamental para a definição do conceito de território, destacando conceitos como soberania e Estado.

Conforme Gottmann (1973), a organização do espaço também integra fatores naturais, o que normalmente é negligenciado quando se trata de sua contribuição na geografia. Sinaliza, dessa forma, para uma abordagem que reconhece as dimensões sociais do território e o ambiente natural. (SAQUET, 2007).

Neste sentido, o autor marca uma linha de pesquisa que entende o território com múltiplas dimensões, considerando as forças materiais e imateriais que organizam o espaço e estão em constantes movimentos, tornando os limites e as fronteiras cada vez mais flexíveis, com as modernas redes de circulação e comunicação, produtos da mundialização do capital.

Deleuze e Guattari (1976), associam a noção de territorialidade aos aspectos (i)materiais, subjetivos, compreendendo este conceito como área de fluxos, conexões, articulações e aspectos da subjetividade.

Os autores G. Deleuze e F. Guattari destacam em suas abordagens a constituição dos territórios e a reterritorialização. Criticam o radicalismo dos pressupostos marxistas de explicar a organização do espaço apenas pelos sistemas de produção. Os autores consideram que as análises espaciais devem considerar também os processos e práticas de criação e recriação sociais.

Seguindo essas considerações, Deleuze e Guattari (1976) concebem os territórios como resultantes dos movimentos que os sujeitos realizam no tempo e no espaço, criando e recriando territórios. Para os autores, território é construção social, é natural e também psicossocial, com elementos materiais e imateriais.

Contribuem significativamente na questão da desterritorialização, por enfatizarem o valor simbólico e imaginário dos sujeitos que, ao recriarem seus hábitos culturais e modos de produção no território, recriam territorialidades marcadas por experiências vividas.

Para Sack (1986), a definição de território também necessita da delimitação de uma área e da manifestação de uma forma de poder. As diferenças territoriais ocorrem pelos distintos resultados das ações de poder, que mudam, conforme quem está no poder. O autor também faz menção à importância da noção de fronteira na discussão do território: “a fronteira assume importante centralidade na medida em que possibilita o controle”. (SACK, 1986, p. 19).

Sack traz importantes colocações sobre o território, distintas das abordagens de Claude Raffestin e Giuseppe Dematteis, a partir da década de 1970, dentro da escola anglo-saxônica. Contudo, nenhuma de suas obras foi traduzida para o português. O território depende da delimitação de uma área, sobre a qual é exercida uma forma de poder para controlar os atores e/ou as suas ações sociais. (SACK, 1986).

Nessa mesma obra o autor apresenta três características da territorialidade: (1) classificação ou definição de áreas; (2) comunicação e (3) forma de coação/controle. Desta forma, as territorialidades são motivações geográficas que influenciam e condicionam o homem na apropriação territorial.

Claude Raffestin é sem dúvida um dos autores mais importantes da retomada da discussão de território na Geografia, contribuindo nas considerações da definição etimológica do termo território, a partir da sua obra *Por uma Geografia do Poder*, lançada no Brasil em 1993. Nesta obra Raffestin diferencia poder, letra minúscula, do Poder, com letras maiúsculas, já mencionado, além de destacar os trunfos do poder, evidenciando também as relações e práticas sociais cotidianas. Desta forma, Raffestin (1993 [1980]) constrói uma abordagem teórico-metodológica renovada de território.

Haesbaert (2004) tece importantes debates baseados nas concepções de território, enfatizando as derivações que esse conceito pode assumir: territorialidade, desterritorialidade, reterritorialidade e multiterritorialidade. Essas derivações evidenciam a ênfase nas relações sociais, na apropriação e na reapropriação territorial na abordagem de Haesbaert.

Haesbaert (2006) apresenta uma definição de território com dupla conotação, em que o poder, não se refere apenas ao poder político, mas a complexidade de relações que ocorrem na organização territorial, de uma dominação político-econômica e/ou uma apropriação mais subjetiva e simbólica.

Becker (1983) ao dedicar-se aos estudos da Amazônia brasileira, interliga Território-Estado-Limite. A autora considera o território da Amazônia como lócus da reprodução dos povos da Amazônia, da atuação dos empreendimentos capitalistas, da ação das ONGs e da atuação do Estado por meio das políticas públicas ambientais para a floresta.

A abordagem territorial de Bertha Becker está imbuída de questões estratégias de gestão do território, com uma forte conotação política, principalmente em se tratando da Amazônia, área na qual se concentram suas pesquisas. Para a autora, a concepção de

território nasce como expressão concreta das unidades políticas no espaço, relacionando diretamente território ao Estado-Nação.

O Estado é entendido como mediador dos interesses internacionais no espaço mundial. Em se tratando da Amazônia, isso se materializa no incentivo governamental aos investimentos dos grandes empreendimentos capitalistas que se apropriam das riquezas da floresta, pois ao criar infraestruturas e oferecer subsídios para atrair o capital privado nacional e internacional, o Estado investe na modernização de áreas, tornando-as cada vez mais atrativas à ação do capital.

Sobre o território, Becker (1983) entende-o como um produto gerado e consumido/vivido pela prática social, nas suas mais distintas dimensões. A autora destaca que:

O processo de produção do território é determinado pela infraestrutura econômica, mas regulado pelo jogo político. Implica na apropriação do espaço pelo ator que então territorializa esse espaço. Implica também na noção de limite, a forma do território e a malha territorial são manifestações de relações de poder. (BECKER, 1983, p.08)

No livro *Amazônia* (1997), Becker aproxima-se das colocações de Raffestin sobre a distinção do Poder exercido pelo Estado/governo e o poder dos atores sociais, enfatizando a multidimensionalidade das relações de poder. Como exemplo, a autora apresenta a realidade Amazônica, na qual os territórios se organizam a partir do Poder do Estado, com políticas públicas, legislação e estratégias de desenvolvimento da região e das diversas dimensões dos poderes locais, como a influência da igreja católica, dos pequenos produtores, indígenas, madeireiros, organizações não-governamentais, posseiros e outros.

Essa constatação da multidimensionalidade do poder surge, a partir da década de 1970, com o acirramento das contradições entre os interesses locais, regionais, nacionais e internacionais, ocasionando os conflitos sociais internos na Amazônia.

Becker destaca a importância da informação para a gestão e organização do território. A autora entende que a informação sobre o espaço permite a fluidez de mercadorias, pessoas, serviços e ideias e, portanto, revela um poder sobre dada porção do território, no sentido de fornecer subsídios para o Estado controlar suas fronteiras e recursos naturais, além de elaborar estratégias governamentais de desenvolvimento. (BECKER, 1997).

Giuseppe Demateis apresenta estudos significantes em termos qualitativos ao conceito de território, compreendendo este como produto social, com elementos subjetivos e econômicos. Para Saquet (2007, p.49) “...esse autor sinaliza para a compreensão (i)material do território e da territorialidade humana”.

Desta forma, evidencia a importância da abordagem das condições subjetivas/psicológicas na abordagem territorial, concomitante às condições econômicas, que se referem às técnicas e as redes de circulação de pessoas e mercadorias.

Demateis (1995) destaca o homem como sujeito histórico, que pensa, cria e trabalha no espaço geográfico. Portanto, concebe o território como resultante das

relações econômicas, culturais e políticas, além das formas e interações entre os sujeitos e as redes globais.

Dematteis (2005), numa discussão sobre as transformações urbanas, destaca a relação sociedade versus território, numa perspectiva do desenvolvimento local. Neste sentido, enfatiza o Sistema Local Territorial, o qual tem que ser visto como um instrumento de política territorial. Para o seu estudo analítico, propõe: (a) a rede local de sujeitos, que significa a relação dos indivíduos com o território local; (b) o milieulocal, refere-se ao conjunto de condições locais; (c) a relação entre a rede local com o milieulocal e (d) relação entre a rede local e as redes extralocais, nas escalas regional, nacional e global.

Saquet (2007) segue as considerações de Claude Raffestin, dedicando-se também ao resgate epistemológico do conceito de território ao longo da evolução do pensamento geográfico, entendendo-o como resultado de relações (i)materiais efetivadas historicamente no espaço geográfico.

Saquet destaca: “o território é entendido como lugar de relações sociais; de conexões e redes; de vida, para além da produção econômica, como natureza, apropriação, mudanças, mobilidade, identidade e patrimônio cultural; como produto socioespacial e condição para o habitar, viver e produzir” (SAQUET, 2007, p. 118).

O autor também destaca o movimento composto por articulações territoriais que agem horizontal e verticalmente, interna e externamente ao território, compreendendo a territorialidade, a (des) e a (re)territorialidade (T-D-R) e nos aspectos da economia, da política, da cultura e da natureza (E-P-C-N):

O fato é que território e rede se condicionam reciprocamente. Ambos são relações e movimento e se inscrevem complementarmente. As redes de circulação e comunicação são meios na articulação interna do território e, ao mesmo tempo, são territórios e interligam-no a outros territórios, tornando o território [...] um nó [...]. (SAQUET, 2007, p. 72)

Souza (1995), por sua vez, apresenta uma definição de território associada às relações de poder e sua materialidade no espaço geográfico. “O território (...) é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. (SOUZA, 1995, p. 78)

No entanto, o seu entendimento não desconsidera as dimensões políticas, culturais e econômicas, para definir o conceito de território, ao conceber que as relações de poder envolvem as demais dimensões desde os recursos naturais de uma área específica, bem como as ligações afetivas e a identidade de cada grupo social com o espaço. Para Souza essa não é a questão fundamental, o primordial é: “quem domina ou quem influencia e como domina ou influencia esse espaço?” (SOUZA, 1995, p. 78)

O autor enfatiza que a questão central, do ponto de vista conceitual são os processos de territorialização e desterritorialização, que consistem em “um processo que envolve relações de poder e a projeção dessas relações no espaço (espaço que, simultaneamente, também é, enquanto substrato material e “lugar”, uma referência e um condicionador das práticas de poder)”. (SOUZA, 2008, p. 60)

Na discussão sobre a materialidade do território, Souza (2008, p. 64) destaca que: “Como projeção espacial de relações de poder, o território não pode ser jamais compreendido e investigado (sua origem e as causas de suas transformações) sem que o aspecto material do espaço social seja devidamente considerado”. Essa afirmação se fundamenta no entendimento de que o exercício do poder, para defender ou conquistar territórios, se dá por meio do acesso aos recursos naturais, posicionamentos estratégicos e ao reconhecimento dos modos de vida das populações envolvidas.

O território existe por e a partir do substrato material do espaço, que nada mais é do que a modelagem material de uma fração da superfície terrestre, por meio de uma ação de poder. No entanto, o território não se reduz a esse substrato material, que pode desaparecer por um motivo ou outro, e ainda assim o território poderá “sobreviver” como testemunho de um povo. (SOUZA, 2008).

A trajetória de Souza foi marcada por duas abordagens, que caracterizaram o momento e o amadurecimento dos debates e das publicações acerca do território. Num primeiro momento, o autor conceitua território como uma ‘porção’ da superfície terrestre definida espacialmente por relações de poder. No entanto, o autor complementa seu entendimento sobre território ao introduzir no conceito a dimensão social na configuração do espaço, associado às relações de poder, quando enfatiza que o território é “antes relações sociais projetadas no espaço, que espaços concretos” (SOUZA, 1995, p. 87). Portanto, define território como “um campo de forças” ou precisamente: “relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial” (SOUZA, 1995, p. 97), esclarecendo que território é uma manifestação do espaço social, mas não ‘coisa’ material.

Outra contribuição importante do autor para a compreensão do conceito de território foi à discussão sobre a mobilidade dos territórios. Trazendo, com isso, o conceito de território cíclico (SOUZA, 1995), acompanhando a ideia de que os territórios podem se mover e até mesmo desaparecer por um período, conforme os territórios móveis de Sack (1986).

Assim, território é um conceito fundamental para a análise e compreensão da organização do espaço geográfico. Esse conceito exprime a construção social sob um determinado espaço, à delimitação da ação de um grupo social e sua territorialidade, em certo espaço e com o seu entorno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente texto, estudamos os conceitos de território, um dos conceitos-chave da Ciência Geográfica, e o de fronteira, fundamentais para a compreensão da organização do espaço. A abordagem desses conceitos se apresenta revisada e ampliada nas obras especializadas na teorização da Geografia, com o território compreendido além de uma delimitação político-administrativa, e a fronteira, algo mais complexo que um limite físico ou político, contextualizado das relações que o cercam.

Nossa referência sobre fronteira fundamentou-se em Monbeig (1957), Foucher (1991), Costa (1992), Machado (2000 [2002]), Martins (2009) e Castrogiovanni (2010),

que evidenciaram as transformações do conceito de fronteira e seus conteúdos principais.

Dos aspectos evidenciados no entendimento de cada um dos autores sobre esse conceito, destacam-se: mobilidade das fronteiras ao se referir às “franjas de ocupação”, abordagem multiescalar: construções geopolíticas, questões internas (construção nacional ou regional) e questões externas (relações internacionais), a questão da integração e articulação regional (aspecto econômico), espaço relacional com as redes de circulação, e fronteiras de civilização, de culturas e modos de vida (dentro de uma visão sociológica).

Desta forma, a compreensão sobre fronteira envolve a relação de países que se limitam uns com os outros, dentro de duas dimensões: econômica, quando entendida a partir da integração regional, com os acordos econômicos que visam fortalecer as relações comerciais e, social, quando autores consideram a fronteira como um espaço onde articulam-se diversas culturas, que entrelaçam suas vidas durante o cotidiano fronteiriço. No caso das fronteiras brasileiras, podem-se observar essas duas dimensões, a econômica, com o Mercosul e outras políticas de integração, e a social, com o uso das cidades fronteiriças por ambas nacionalidades (Brasil e os seus vizinhos), facilitada pela estabilidade das relações fronteiriças brasileiras.

Em relação ao entendimento de território, os autores Gottmann (1973), Deleuze e Guattari (1976), Becker (1983), Sack (1986), Raffestin (1993 [1980]), Demattei (1995), Souza (1995), Haesbaert (2004), Saquet (2007) destacam aspectos importantes em suas análises: as dimensões materiais e imateriais, território como resultado de uma construção social (territorialidade), área delimitada onde ocorre manifestação de relações de poder, a relação entre as práticas sociais e o Estado, considerando os aspectos de gestão e estratégias territoriais de conexões e redes, relações sociais que constroem e desconstroem territórios ao reproduzirem no espaço seu modo de vida.

Assim, a dimensão social torna-se fundamental na definição de território, que abandona a noção de ser meramente uma limitação da extensão da ação do poder do Estado e passa a ser compreendido também pelo seu produto social que, ao produzir e reproduzir-se no espaço geográfico, exerce relações de poder, territorializando seus aspectos culturais e gêneros de vida.

Entender os conceitos de fronteira e território, nas suas concepções atuais é evidenciar o espaço geográfico por e a partir de relações de poder que materializam e configuram a organização espacial, numa delimitação cada vez mais flexível das fronteiras, sobretudo em se tratando de questões econômicas e das redes de circulação e comunicação. No entanto, essa flexibilidade não marca o fim das fronteiras, que não perde sua conotação de demarcação e proteção territorial, embora consiga ser entendida por muitos autores como uma área onde se articulam relações locais, regionais, nacionais e internacionais, numa dada condição espaço-temporal.

REFERÊNCIAS

BECKER, B. K. O uso geopolítico do território: questões a partir e uma visão do terceiro mundo. BECKER, B. K. ; HAESBAERT, R.; SILVEIRA, C. (Orgs). *Abordagens políticas da espacialidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

- _____. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1997.
- BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.
- CASTRO, I. E. da. *Geografia e Políticas – território, escalas de ação e instituições*. 4 ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2011.
- CASTROGIOVANNI, A. C. (Org.). *Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano*. Porto Alegre: Mediação, 2000. (p. 96-98)
- _____. Fronteira: um tema sem limites. In: COSTA, E. A. da; COSTA, G. V. L. da; OLIVEIRA, M. A. M. de. (Orgs). *Estudos Fronteiriços*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2010. (p. 11-41)
- CATAIA, M. A relevância das fronteiras no período atual: unificação técnica e compartimentação política dos territórios. In: *Scripta Nova – Revista eletrônica de Geografia Y Ciências Sociais*. Online. 2007. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24521htm>[ISSN: 1138-9788]>. Acesso em 18 ago. 2010.
- COSTA, W. M. da. *Geografia Política e Geopolítica*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- DELLEUZE, G; GUATTARI, F. *O anti-édipo, Capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976.
- DEMATTEIS, G. *Progetto implícito. II contributo della geografia umana all'escienza del territorio*. Milano: Angeli, 1995.
- _____. Geografia democrática, território e desenvolvimento local, *Formação*, Presidente Prudente, n. 12, v. 2, 2005.
- FOUCHER, M. *Fronts et frontières. Un tour du monde géopolitique*. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1991.
- GOTTMANN, J. *The significance of territory*. Charlottesville: University Press of Virginia, 1973.
- HAESBAERTT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- _____. PORTO-GONÇALVES, C. W. *A nova des-ordem mundial*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.
- HISSA, C. E. V. A. *Mobilidade das fronteiras: inserções da Geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2002.
- IANNI, O. *A Era do globalismo*. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- MACHADO, L. O. Limites e fronteiras. Da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. *Revista Território*, Rio de Janeiro, v. 8, p. 9-29. 2000 [2002]
- MARTINS, J. de S. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP. São Paulo, 8 (1), 25-70, maio de 1996.
- _____. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.
- MODDIE, A. E. *Geografia e Política*. Tradução de Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1965.
- MONBEIG, P. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. Tradução de Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec; Polis. 1984
- MORAES, A. C. R. de. *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1990.
- NEVES, G. R. Fronteiras em mutação. “Deletando” a memória? In: CASTRO, I. E. de; MIRANDA, M.; EGLER, C. A. G. (Orgs). *Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: Faperj, 2000.
- RAFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993 [1980].

- RATZEL, F. Geografia do homem (Antropogeografia). In: MORAES, A., C., R. de (Org.). *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1990. p. 32-150.
- SACK, R. D. *Human Territoriality: Its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SAQUET, M. A. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço, poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO et al (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. (p. 77-116)
- STEIMAN, R.; MACHADO, L. O. *Limites e Fronteiras internacionais: uma discussão histórico-geográfica*. UFRJ, 2002.